



“É preciso ter a coragem de avaliar com exigência crítica os processos e os conhecimentos que nos trouxeram até aqui e de enfrentar com serenidade a possibilidade de termos de começar tudo de novo”
(BSS)

eliminação de direitos trabalhistas, sociais e até humanos contidos na Constituição Federal.

Ele só não conseguiu avançar com as políticas de retiradas de direitos no DF porque tem tido enfrentamentos com a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e, esta, por sua vez, o tem retaliado, barrando projetos que vão de encontro aos direitos da classe trabalhadora.

Além disso, o PSB é um partido político que se diz socialista, mas tem práticas neoliberais. E é com essa pauta que Rollemberg se relaciona com o funcionalismo público. A prova disso é que em todas as greves realizadas desde 2015, a negociação tem sido dificultada.

Na última greve, entre 15 de março e 12 de abril, o Governo do Distrito Federal (GDF), o Poder Judiciário e o Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) formaram uma tríade, semelhante ao que ocorre na esfera federal, para desmontar e privatizar os serviços públicos; retirar direitos sociais, trabalhistas e previdenciários e entregar riquezas minerais ao empresariado nacional e internacional.

Ao colocar esse projeto político e econômico em curso, o GDF atua para desmoralizar as lutas e enfraquecer os sindicatos e suas greves. O objetivo deste governo não é o de dialogar com as categorias e, sim, derrotá-las. O Sinpro-DF e a luta do magistério por melhorias salariais, condições dignas de trabalho e uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada é o que o GDF pretende derrotar para poder privatizar o setor de educação pública, por isso tem judicializado as ações da categoria e politizado as negociações.

A última greve teve componentes que outras não tiveram não pelo fato de o Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) ter aplicado sanções, mas porque a Justiça tem abandonado suas competências para intervir como Poder Executivo e de forma autoritária nas greves e para criminalizar o movimento sindical.

A última greve teve como principal característica a luta pelo cumprimento das leis, reiteradamente desrespeitadas pelo GDF, que desde 2015 não paga as tabelas salariais contidas no anexo 7 da Lei nº 5.105/13; não paga o reajuste anual do auxílio-alimentação previsto na Lei nº 840/11 e na Lei nº 5.105/13; não cumpre a Lei nº 5.499/2015, do Plano Nacional de Educação; não paga no prazo definido por lei a pecúnia da licença-prêmio dos/as aposentados/as; entre outras infrações à várias legislações.

Em vez de fiscalizar a ilegalidade do GDF, o Judiciário e o MPDFT têm abandonado suas competências para fazer política e perseguir entidades sindicais, cujas categorias estão com direitos ameaçados. Em vez de fortalecer leis benéficas para os trabalhadores, como a decisão do TJDFT que assegura a legalidade e a legitimidade da Lei nº 5.105/13, atuam prejudicando os serviços públicos, o funcionalismo e a população.

“A democracia enquanto gramática social e acordo de convivência cidadã, desaparece para dar lugar à democracia instrumental, a democracia tolerada enquanto serve aos interesses de quem tem poder econômico e social para tanto”.

(Boaventura de Sousa Santos)

A CONTRARREVOLUÇÃO NEOLIBERAL E OS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA

rada enquanto serve aos interesses de quem tem poder econômico e social para tanto”. E conclui dizendo que “isso nos leva a pensar que é preciso ter a coragem de avaliar com exigência crítica os processos e os conhecimentos que nos trouxeram até aqui e de enfrentar com serenidade a possibilidade de termos de começar tudo de novo”.

É preciso entender que, hoje, a democracia brasileira vive essa situação apontada pelo professor português. Vivemos as consequências de um golpe de Estado, uma contrarrevolução neoliberal, denunciada pelo Sinpro-DF como um golpe nos direitos dos trabalhadores. Na fase atual, busca se materializar nas reformas da Previdência, trabalhista, e outras, como as aprovadas em 2016: a reforma do Ensino Médio, a terceirização generalizada e o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos.

Em sua recente obra intitulada “A difícil democracia – reinventar as esquerdas”, o sociólogo e professor da Universidade de Coimbra, Portugal, Boaventura de Sousa Santos afirma que, atualmente, “vivemos uma conjuntura perigosa, na qual foram desaparecendo ou sendo descaracterizados ao longo dos últimos 100 anos os vários imaginários de emancipação social que as classes populares geraram com suas lutas contra a dominação capitalista, colonialista e patriarcal”.

Ele explica que “a democracia enquanto gramática social e acordo de convivência cidadã, desaparece para dar lugar à democracia instrumental, a democracia tole-



A luta da categoria contra os ataques dos governos federal e distrital

Quando fazemos uma analogia com o corpo humano, vimos que os ataques contra a democracia são dinâmicos e que há uma forte musculatura para alcançar todas as defesas dos trabalhadores não só no aspecto do marco legal trabalhista e previdenciário, mas também no fato de que o golpe tem braços para desarmá-los completamente. Um dos elementos usados para isso é a desqualificação da representação sindical da classe trabalhadora e o enfraquecimento da entidade sindical.

Essa situação nacional interfere nas ações do Palácio do Buriti e das instituições judiciárias do DF. O governo Rodrigo Rollemberg (PSB) se mantém irredutível em não atender às reivindicações do funcionalismo público porque o golpe de Estado o tem blindado. É um governo parceiro do golpe na democracia, dos desmontes das legislações e da

MODERNIDADE OU NOVA ESCRAVIDÃO?

A pretexto de modernizar as relações trabalhistas e gerar empregos, o governo Temer tenta empurrar para a sociedade brasileira uma receita que leva direito ao retrocesso no mundo do trabalho. A reforma trabalhista (PLC 038/17), em tramitação no Senado, acaba com tudo o que foi conquistado não pelas benesses dos governos, mas pela luta dos trabalhadores – unidos e organizados nos sindicatos.

Expressões usadas à exaustão, como “modernização” e “flexibilização”, ao contrário do que podem sugerir, escondem todo um ideário neoliberal – que altera profundamente a legislação trabalhista, elimina direitos e enfraquece as organizações dos trabalhadores.

Greve – A reforma trabalhista foi um dos motivos que levaram a categoria docente à greve este ano. Uma das propostas dela é diminuir a ação dos sindicatos para instituir, de forma arbitrária e sem resistência dos trabalhadores, o projeto neoliberal que transforma tudo em mercadoria e elimina conquistas para impor ao país a privatização de direitos sociais. O patronato aposta na divisão das categorias e na não participação dela nas ações sindicais para alcançar seus objetivos. Faz parte desse projeto desmontar as entidades sindicais e enfraquecer a resistência dos trabalhadores.

No Congresso – O PLC 38/2017 (a reforma trabalhista proposta pelo Executivo) é sonho antigo dos empresários. Ao derubar as principais diretrizes que

garantem condições mínimas de trabalho, o texto permite aumentar o lucro com base na ampliação da exploração do trabalhador.

Questões como a abrangência do contrato por tempo parcial (de 25 horas para 30 horas semanais), o estabelecimento da prevalência

nização das relações de trabalho deveria ter como pressuposto a eliminação das formas precárias e arcaicas de trabalho ainda persistentes no Brasil, em pleno século XXI, e não a ampliação dessas práticas. No fundo, a contrarreforma trabalhista visa a retirar a voz dos sin-

des e funcionários horistas (e por meio de Organizações Sociais), pondo em risco, seriamente, a conquista histórica de admissão desses profissionais por meio de concursos públicos.

Magistério Público – A contrar-

res e funcionários horistas (e por meio de Organizações Sociais), pondo em risco, seriamente, a conquista histórica de admissão desses profissionais por meio de concursos públicos. No caso do magistério, por exemplo, os/as professores/as poderão ser contratados/as para cumprir somente as suas horas-aulas.

Para justificar a aplicação desse novo tipo de contratação de profissionais do magistério, governadores e prefeitos usarão como argumento os impactos dos gastos com o pessoal da educação na Folha de Pagamento e a Lei de Responsabilidade Fiscal. “Eles constituirão a ‘base técnica’ de justificação para precarizar as relações de trabalho na educação”, diz Rosilene.

De acordo com a CNTE, a imposição desse tipo de contratação virá junto com o fim de diversos direitos dos trabalhadores: 13º salário, férias e planos de carreira poderão ser os primeiros a ficar no passado. Ademais, a hora-atividade (extraclasse) e o piso remuneratório nacional também correm riscos no cenário de contratos intermitentes.

“Portanto, é fundamental que os educadores/as se mobilizem de forma contundente e radical – a exemplo da greve que realizamos no DF – para barrar essa contrarreforma, que retira direitos conquistados por meio de muita luta”, adverte o diretor de Assuntos de Saúde do Trabalhador do Sinpro-DF, Manoel Alves Filho, lembrando que a contrarreforma trabalhista representa o desmonte, um ataque frontal aos direitos do trabalhador, historicamente conquistados no último século no país.

do negociado sobre o legislado, a regulamentação da representação não sindical no local de trabalho em empresas com mais de 200 trabalhadores e a ampliação do prazo dos contratos de trabalho temporário ajudam a deixar o empregado fragilizado diante do empregador.

A principal justificativa apresentada pelo relator da matéria no Senado, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), é a de que “o Brasil mudou desde 1943, quando a CLT foi criada, e é preciso modernizar”. “Entretanto, uma realidade é preciso modernizar”,

reforma trabalhista atinge com muita força os trabalhadores do setor público e, em especial, os trabalhadores da educação. O aspecto mais nocivo aos educadores advém justamente de uma parte da reforma que já foi aprovada: a nova lei da terceirização.

Para a diretora de Finanças da CNTE e do Sinpro, Rosilene Corrêa, junto com o trabalho intermitente, essa nova modalidade de contrato de trabalho proposta no texto da reforma possibilita a contratação de profes-

O FIM DO DIREITO À APOSENTADORIA

O recente escândalo envolvendo o presidente ilegítimo Michel Temer (PMDB) não afetou no desejo do Executivo golpista pela aprovação da reforma da Previdência, prejudicando milhões de trabalhadores(as) prestes a perder direitos garantidos em leis.

Por esse motivo, uma das razões da greve realizada este ano pelo Sinpro-DF ultrapassou os problemas locais de ataque de diretos do governo Rollemberg e ganhou contornos nacionais. O movimento teve início no dia 15 de março, com o Dia Nacional de Paralisação contra a Reforma da Previdência, levando para as ruas milhares de pessoas em várias cidades do país. A paralisação se somou à Greve Geral Nacional da Educação, que se espalhou pelo Brasil, contra as reformas em tramitação no Congresso Nacional, principalmente, a reforma da Previdência.

Outra reação perante esses projetos retrógrados foi a vitoriosa Greve Geral, do dia 28 de abril. Em nenhum outro momento da história do país, diversas categorias paralisaram suas atividades por um dia em defesa de uma pauta nacional. O sucesso da greve foi resultado do grande envolvimento de todos os sindicatos e movimentos sociais em ações de conscientização da população sobre os malefícios dessas reformas.

Cláudio Antunes, coordenador da Secretaria de Imprensa do Sinpro-DF, afirma que “o substitutivo da reforma da Previdência continua danoso ao magistério público. Ela retira do(a) professor(a) a possibilidade tal qual a regra hoje permite, impõe para ele/a anos de trabalho numa profissão que tem um des-

gaste físico e psicológico muito grande. No momento em que o(a) profissional já poderia estar descansando da jornada de 25/30 anos (mulher/homem), o governo ilegítimo busca adotar uma nova lei, impondo mais dez anos de trabalho com redução salarial. Para que o (a) professor(a) alcance a integralidade de salário, terá de perfazer 40 anos de trabalho em uma profissão que causa desgaste”, diz.

Mudanças – Neste momento, a PEC 287/16 está pronta para ser votada no Plenário da Câmara dos Deputados, porém, o gover-

sobre o período que faltava para se aposentar. A paridade e a integralidade seriam extintas para todos fora da transição.

O substitutivo estendeu o direito à integralidade e à paridade aos servidores que ingressaram no serviço público até 31/12/03, porém, será preciso atingir a idade mínima de 65 anos (homem) e 62 anos (mulher), e cumprir o tempo de contribuição com pedágio de 30% sobre o que falta para se aposentar.

“Na reforma da Previdência de 2003, quem ingressou no serviço público até 31/12/2003, tinha a

aposentadoria de professores(as) em efetivo exercício que atuam na educação básica, pública e privada, afetando os futuros profissionais, porém a jubilação ocorrerá aos 60 anos, combinada com 25 anos de contribuição, para ambos os sexos (regra geral). E terá de cumprir 20 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo.

Vilmara Pereira, coordenadora da Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro-DF, diz que a professora não se aposentará aos 60 anos. “Do jeito que está posto, para nós, não melhorou nada com esse substitutivo. Teremos de trabalhar mais 10 anos. Para a categoria, muitas chegam aos 50 anos com a saúde debilitada, pois começaram a trabalhar cedo, em uma situação precarizada. Essa reforma não traz reconhecimento para a nossa profissão que é majoritariamente feminina”, assegura.

Prejuízos – Regina Célia, diretora da Secretaria de Políticas Educacionais do Sinpro-DF, reforça a ideia de que, se aprovada, a reforma da Previdência fará com que a classe trabalhadora trabalhe até a morte. A idade prevista é próxima da expectativa de vida dos brasileiros, sobretudo nas periferias. “O aumento do tempo de contribuição para os(as) rurais irá sacrificá-los ainda mais. Outro problema é que muitos jovens serão forçados a trabalhar mais cedo, aumentando a evasão escolar”, diz.

Levantamento do Dieese indica que 86% das pessoas empregadas pela CLT que se aposentaram em 2016 não se aposentariam em 2017, se a reforma tivesse sido aprovada antes.

Professores/as – O substitutivo elaborado pelo deputado federal Arthur Maia (PPS-BA), ele mesmo um dos grandes defensores do INSS, segundo o Ministério da Fazenda, reintroduz a diferenciação de regras para a

Anfip – Para a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), o substitutivo



Professores/as e orientadores/as educacionais protagonizaram todas as lutas contra a retirada de direitos sociais e trabalhistas



“Se a reforma passar, ele não vai voltar”. Essa foi uma das campanhas do Sinpro-DF contra as reformas ilegítimas



10/11/2016 Assembleia Geral aprova indicativo de greve. Contagem regressiva para Assembleia Geral do 13/2/2017

16/11/2016 Início da campanha Rollemberg Mente, que denunciou mentira sobre falta de dinheiro para a educação

21 a 29/11/2016 Vigília dos/as aposentados/as na marquise do Palácio do Buriti pelo pagamento da licença-prêmio

29/11/2016 a 13/12/2016 Visita do porquinho da Campanha Rollemberg Mente às escolas do Distrito Federal

23/1/2017 Início da campanha Maria Moura contra a reforma da Previdência

13/2/2017 Assembleia Geral que deflagrou greve por tempo indeterminado contra a reforma da Previdência a partir de 15/3

8/3/2017 Assembleia Geral com paralisação. Ato público no Teatro Nacional e adesão do Sinpro-DF à Greve Internacional das Mulheres

13/3/2017 Café com parlamentares

15/3/2017 Início da Greve Nacional da Educação contra a reforma da Previdência. No DF, luta pelo cumprimento das leis. Ato público na Esplanada dos Ministérios

16/3/2017 Ocupação do gabinete do Secretário de Educação pelo direito à greve dos/as professores/as do contrato temporário

4/4/2017 Assembleia Geral com caminhada e ato público na CLDF

7/4/2017 Colação de cartazes “Procura-se” e contra a reforma da Previdência

11/4/2017 Assembleia Geral com caminhada para a Catedral, ato público e greve de fome

12/4/2017 Assembleia Geral aprova o encerramento da greve e retorno às aulas a partir do dia 17/4

22/4/2017 Início da reposição das aulas

1º/5/2017 Dia do Trabalhador – Ações nas cidades contra as reformas neoliberais

24/5/2017 #OcupaBrasília: paralisação nacional com 200 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios contra a reforma da Previdência

28/4/2017 Paralisação nacional chamada pela CUT e demais centrais sindicais contra a reforma da Previdência

26 e 30 de junho Nova greve geral nacional, convocada pela CUT e centrais sindicais, deverá ocorrer entre os dias 26 e 30 de junho



#OcupaBrasilia mostra a força dos trabalhadores unificados

O #OcupaBrasilia – manifestação que reuniu 200 mil pessoas, no dia 24/5, em Brasília, contra as reformas trabalhista e da Previdência e em defesa de eleições diretas – demonstrou ao país a força da classe trabalhadora unificada.

A manifestação forçou a Câmara dos Deputados a adiar mais uma vez a reforma da Previdência e o Senado a adiar a reforma trabalhista. O governo federal planejava aprová-las e transformá-las em lei até março de 2017. Mas as greves, incluindo aí a Greve Geral Nacional da Educação, bem como as paralisações organizadas pelo movimento sindical, derrubaram o calendário do governo.

O #OcupaBrasilia foi violentamente atacado pela Polícia Militar (PM), que em nenhum momento permitiu aos manifestantes se aproximarem de seu objetivo, que era o de realizar, em frente ao Congresso Nacional, um ato público contra as reformas e pelas diretas já. A mídia desmoralizava o movimento, reduzindo o número de participantes e atribuindo a eles, de forma mentirosa e leviana, os atos de vandalismos ocorridos.

Embora agredida, a multidão seguiu em frente. Obstinação, permanência pacífica, marchando rumo ao seu objetivo. Quando o primeiro caminhão de som chegou em frente ao Congresso Nacional, a metade dos manifestantes ultrapassava a Rodoviária e outro grupo ainda saía do estacionamento do Estádio Mané Garrincha. A distância entre os últimos manifestantes, que saíam do estádio, e os primeiros, que chegavam no Congresso Nacional, era quatro quilômetros.

Os manifestantes enfrentaram tiros de arma de fogo, balas de borracha, cassetetes, spray de pimenta. Vídeos e fotos mostram voos rasantes de helicóptero da PM para jogar bombas de gás lacrimogêneo e a cavalaria sobre pessoas indefesas. Homens fardados foram filmados ateando fogo e quebrando vidraças de ministérios.

Parecia filme hollywoodiano, mas não. Era uma cena de terrorismo da PM do DF para amedrontar a classe trabalhadora e atender às reformas exigidas pelos financiadores de campanhas eleitorais dos políticos, dos quais muitos são ilegítimos, como o Presidente da República. Apesar de centenas de pessoas gravemente feridas e do pa-

trimônio público depredado por agentes do Estado, a tentativa de intimidação e a desmoralização apregoadas pela mídia não deram certo.

Os movimentos sindical e popular realizaram, quatro dias depois, outra manifestação com mais de 150 mil participantes, em Copacabana, Rio de Janeiro. Exigiram eleições diretas imediatas e a interrupção das reformas trabalhista e da Previdência. As centrais sindicais e outros movimentos organizam outra visita a Brasília, entre 26 e 30 de junho, e pretendem trazer mais do que 200 mil pessoas para barrar o projeto que prejudica a Nação.

O #OcupaBrasilia demonstrou também a capacidade de organização e de unidade dos trabalhadores. A unidade forçou a Câmara dos Deputados e o Senado a adiarem, por alguns dias, a votação da reforma da Previdência. Alguns senadores ainda pretenderam enganar o povo e, durante um tumulto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), tentaram considerar aprovado o relatório do PLC 038/2017 sem nem sequer ter sido lido na CAE.

O PLC 038/17 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e

as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer novas relações de trabalho sem os direitos dos trabalhadores, ainda em vigor e conquistados no século passado.

O #OcupaBrasilia mostrou a força dos trabalhadores unificados e a capacidade das mobilizações do movimento sindical e popular modificar realidades e contra reformas que não interessem à maior parte da população. Mostrou também que sem unidade, participação e organização não seria possível trazer milhares de pessoas a Brasília contra o desmonte da Previdência no dia 24 de maio. E nem seria capaz de reunir mais de 150 mil pessoas, em Copacabana, quatro dias depois da marcha em Brasília.

A diretoria colegiada do Sinpro-DF entende que esse tipo de organização deveria ocorrer também no Distrito Federal porque somente com unidade e participação a categoria docente conseguirá barrar ataques aos direitos trabalhistas do governo Rollemberg.

“Todas as nossas conquistas, desde 1979, só foram materializadas por causa da intensa participação e da unidade da categoria, organizada pelos seus dirigentes eleitos”, afirma Cleber Soares, dire-

tor do Sinpro-DF. Importante lembrar que o direito à escola pública é uma conquista da classe trabalhadora tanto quanto todos os outros direitos trabalhistas e previdenciários ameaçados.

Cleber explica que para entender o que está acontecendo nas lutas da classe trabalhadora, sobretudo nas últimas greves do magistério público do DF, é necessário voltar no tempo e compreender como ocorreram os processos políticos do Brasil, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990.

Yuri Soares, diretor do Sinpro-DF e da CUT Brasília, considera importante fortalecer o sindicato. “É por uma questão bastante objetiva: ele é a ferramenta coletiva que os trabalhadores têm para se articular, organizar, lutar e mostrar sua força coletiva de uma forma unificada”.

E diz que “na sociedade em que vivemos existem várias formas de atuação política e de realização de lobbies: se for uma pessoa rica, individualmente, ela tem muita força porque tem dinheiro e poder para colocar artigos na mídia, comprar os veículos de comunicação e seus donos, e pode pressionar seus funcionários de todas as formas. O trabalhador individualmente, por sua vez, não. Só consegue avanços unificado em sindicatos”.

“DIRETAS JÁ!”

O ato público #OcupaBrasilia inaugurou um novo movimento do povo brasileiro: a mobilização nacional por eleições diretas já. Os ataques à Constituição Federal para suprimir direitos sociais e humanos, sobretudo trabalhistas e previdenciários, como o direito à aposentadoria, foram decisivos para pôr a sociedade em movimento contra as reformas e contra a entrega do patrimônio e riquezas minerais do país ao mercado internacional.

A população entendeu que o governo ilegítimo de Michel Temer foi posto ali não para acabar com a corrupção, como dizia a mídia e prometiam os políticos envolvidos no golpe de Estado, e sim para retirar direitos, privatizar serviços públicos fundamentais e entregar as riquezas minerais do Brasil a empresas estrangeiras.

E ao perceber que o povo vê o golpe com todas as suas características, a mídia volta a manipular os fatos e a insistir em desqualificar as mobilizações nacionais contra tudo isso. Agora, tem dito nos veículos de comunicação e em seus editoriais que o movi-

mento pelas diretas já da década de 1980 se justificava porque era contra a ditadura militar. Mas o de 2017, não.

É importante lembrar que, nos anos 1980, quando o povo foi às ruas, as Diretas Já significou a coroação do combate à ditadura, a qual já se desenvolvia desde o fim da década de 1970. Em 1983, o país não suportava mais a política de retirada de direitos e de opressão. O povo foi às ruas para exigir as eleições democráticas, suspensas em 1964.

As Diretas Já dos anos 80 foi a culminância de uma luta contra uma política repressiva e entreguista do governo militar que, autoritário e sustentado pela mídia, manteve-se por mais de 20 anos no poder, com o Congresso Nacional e a Presidência da República fechados ao povo e com representantes eleitos de forma indireta.

Hoje estamos numa democracia transviada de sua função democrática, com um Parlamento rendido por uma maioria de políticos financiada por empresários nacionais, devedores do Estado e interessados no fim dos direitos

trabalhistas, pelo sistema financeiro e por empresas estrangeiras interessadas no patrimônio público (previdência) e nas riquezas minerais (pré-sal e outros territórios).

O fato é que o grito pelas Diretas Já, em 2017, embora seja semelhante ao de 34 anos atrás, não é o mesmo grito. Hoje, o povo quer retomar o processo democrático do Brasil, usurpado e desvirtuado em 2015/16. É um grito tão legítimo e legal quanto o dos anos 1980. A interpretação da mídia sobre o atual movimento pelas diretas já, na qual pretende convencer a população de que o país tem de respeitar a Constituição e eleger um nome de forma indireta até as eleições gerais de 2018, não representa a verdade.

O objetivo com isso é prorrogar um golpe que não respeita nenhuma regra constitucional e está pervertendo diuturnamente a letra da lei para favorecer aos empresários e banqueiros devedores e aos governos privatistas. O grito por eleições diretas de 2017 é legítimo e legal e visa a resgatar os valores constitucionais usurpados entre 2015 e 2017.

